

O NOVO RURAL BRASILEIRO

ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA*

Para identificarmos a evolução do emprego rural no Brasil nos anos noventa, é necessário analisar a população economicamente ativa (PEA) ocupada, por setor de atividade e situação do domicílio. A PEA agrícola entre os anos de 1992-1995 obteve taxas de crescimento negativas, enquanto que a não-agrícola atestou taxas de crescimento significativas, especialmente a residente no meio rural, que passou de 20,8 % para 22,8 % no mesmo período. Portanto, aumenta a quantidade de pessoas ocupadas no meio rural que desenvolvem atividades não-agrícolas (taxa de crescimento de 3,5 % a.a.) enquanto que diminui, como um todo, a quantidade de pessoas que se ocupavam da agricultura.

Outra forma, embora indireta, de se avaliar o emprego agrícola é por meio da comparação entre área cultivada e demanda por força de trabalho das principais culturas agrícolas na década de noventa, constata-se que as culturas agrícolas, cruciais para o desenvolvimento da agricultura, estão cada vez mais gerando menos emprego por unidade de área, isto, por sua vez, desencadeia um problema de reinserção devido, em geral, a baixa mobilidade da mão-de-obra agrícola.

No Brasil (das trinta culturas analisadas pela pesquisa da Fundação Seade), apenas seis culturas têm sido responsáveis por mais de 70 % do total demandado de força de trabalho, ou seja, a procura por emprego se concentra essencialmente nas seguintes culturas: milho (entre 18-20 % de demanda por força de trabalho); café (11-15 %); cana-de-açúcar (12-15 %); mandioca (11-14 %), feijão (6-8 %) e arroz (6-8%).

Ressalta-se ainda que, até a metade dos anos noventa, muitas culturas que diminuíram a área colhida são absorvedoras de mão-de-obra (cacau, algodão e café), enquanto que as culturas que aumentaram suas áreas de plantio são pouco intensivas na utilização da mão-de-obra (milho, soja e outros grãos, que respondem por quase a metade da demanda agrícola por força de trabalho).

Na década de noventa, a perda de dinamismo para gerar mais empregos no campo, herdada da década de oitenta, alia-se, entre outros, a quatro fatores principais. Dois seguindo a tendência delineada pela década de oitenta (queda dos preços agrícolas e aprofundamento tecnológico) e dois novos elementos específicos dos anos noventa (a política de desmonte do aparelho estatal agrícola e a abertura comercial, que desestimulou a produção interna). A constituição de 1988 unificou os direitos trabalhistas rurais aos urbanos, no entanto, o aumento da parceria, do trabalho temporário, do trabalho por conta própria, do autoconsumo e do trabalho não remunerado são características indicativas de que a flexibilização, somadas aos elementos acima, agrava ainda mais as já precárias condições de trabalho e de geração de emprego.

Segundo a professora Ângela Kageyama do Instituto de Economia da Unicamp, evolui uma tendência já desenhada na década de oitenta que é o aumento do subemprego agrícola (entendido aqui como a pessoa ocupada que recebe menos de um salário mínimo e não preenche a jornada legal em termos de horas trabalhada) na primeira metade dos anos noventa

(o subemprego na agricultura brasileira atinge 6.7 milhões de pessoas em 1995, ou 35,3 % das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, no Nordeste essa percentagem sobe para 40,6%). Outra conclusão que corrobora com o aumento do emprego temporário na agricultura, é a percentagem de empregados agrícolas sem carteira de trabalho assinada pelo empregador em relação ao total de empregados, 72,2%.

O crescimento de outras atividades não-agrícolas no meio rural têm como parâmetro estes fatores que acabamos de enunciar, em conjunto os referidos fatores reduzem a renda do setor exclusivamente agrícola e obriga pessoas, antes ocupadas com a produção familiar (tarefas agrícolas em geral não remuneradas), a procurarem atividades fora do estabelecimento familiar, em geral atividades dissociadas da produção direta do campo. Esta procura eco no crescimento de novas atividades rurais não-agrícolas como lazer, moradia, preservação do meio ambiente etc. que geram emprego e renda, dinamizando inclusive alguns municípios. Embora ainda seja muito importante a agricultura familiar no Nordeste, a tendência do rural brasileiro é a incorporação destas novas atividades que não podem, de maneira alguma, serem desprezadas pelas políticas públicas.

No Brasil, a queda da PEA agrícola e o aumento da PEA não-agrícola (nos anos noventa) é um indicativo importante de que novas atividades têm surgido no rural, e consequentemente, novas oportunidades de emprego e renda, e a possibilidade, apesar da baixa mobilidade da mão-de-

obra, de combinar renda agrícola com outras fontes de renda, fundamentais para a retenção do homem no meio rural. Isto, por sua vez, não significaria uma ameaça ou tendência ao desaparecimento das unidades produtivas, e sim uma diversificação das fontes de renda via mercado de trabalho, já que a agricultura, em muitos casos, nem demanda todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais e nem gera renda suficiente para se atingir pelo menos a linha de pobreza (um salário mínimo), para as pessoas ocupadas em tempo integral. Os principais ramos de atividades não-agrícolas ocupadas pela população residente na zona rural em 1995 são descritos a seguir: do total da população rural não-agrícola (3,9 % milhões de pessoas), um milhão e cem mil estão ocupadas com a prestação de serviços, outras quinhentas e quatorze estão no serviços sociais, e outras quinhentos e vinte e oito mil estão no comércio de mercadorias, enfim o ramo de serviços ocupa mais da metade das pessoas residentes em domicílios rurais e que exercem atividades não-agrícolas. As tabulações do Instituto de Economia da Unicamp (Projeto Rurbano), nos revelam ainda

“Embora ainda seja muito importante a agricultura familiar no Nordeste, a tendência do rural brasileiro é a incorporação destas novas atividades que não podem, de maneira alguma, serem desprezadas pelas políticas públicas.”

os seguintes dados: a população rural ocupada em atividades não-agrícolas concentra-se mais em setores que exigem baixa qualificação, como o serviço doméstico (620 mil pessoas da PEA não-agrícola residentes nas áreas rurais) e o comércio ambulante (121 mil pessoas da PEA não-agrícola residentes nas áreas rurais), que cresceram entre 1992-95 a taxas de 6,8 e 8,2 %a.a., respectivamente.

A constatação do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e a criação cada vez menor de empregos no campo, revela problemas de inserção da mão-de-obra rural em setores que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como empregado doméstico, faxineiro, balconista, atendente, pedreiro, motorista, diarista e vendedor ambulante, ou seja, ocupações de dificilmente conscientiza em torno de uma maior cidadania e organização. A baixa mobilidade da força de trabalho somente seria suplantada via formação profissional através de um processo de educação geral. É aí que entram as políticas públicas de geração de emprego e de renda, treinando e qualificando a mão-de-obra. As políticas públicas direcionadas pela União, a nível macroeconômico, devem estar acopladas com outros agentes sociais como os estados, municípios, empresas, sindicatos, universidades e outras instituições, e necessariamente deve continuar mantendo vínculos coletivos de solidariedade social como o seguro desemprego, programa de renda mínima e aposentadorias, incorporando as novas características do novo rural brasileiro, agora, não mais essencialmente agrícola ●

* Alfredo José P. de Oliveira é professor de economia da Universidade Federal do Ceará, Doutorando do Instituto de Economia da Unicamp

XVI ENE

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia-22 Região-PI, promoverão nos dias 5, 6 e 7 de Julho de 1999, em Teresina-PI, o XVI Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste com o tema **O Nordeste no Brasil do Novo Milênio**. Serão apresentados para debates, os seguintes temas:

-Crise Cambial: Ameaças e oportunidades

Expositores:

Paulo Nogueira Batista Junior e Pedro Parente (Instituto de Economia / UFRJ)

-Reforma Agrária - Economia - Desenvolvimento no Nordeste Brasileiro

Expositor: Marcos Lins (Incrá-Brasília)

-Reforma do Estado: Um novo modelo de Gestão (Caso do Maranhão)

Expositor: Luciano Fernandes Moreira (Gerente de Estado da Adm. e Modernização do MA)

-O Economista no século XXI - Formação e Mercado

Expositores:

Ronaldo Rangel (UFRJ), Ricardo Eleotério(Unifor), Armando Avena (UFBA)

-Crise dos anos 90 na América Latina e no Brasil

Expositores: Wilson Cano(Unicamp), Antonio Correia de Lacerda. (Presidente do CONFECON)

- Arbitragem - Lei 9.307 - Novo campo de trabalho

Expositor: Otávio Costa Neto (CORECON-CE)

-A legislação e as Entidades dos Economistas

Expositores: Antonio Carlos da Silva Barreto (COFECON), Socorro Lira (UFPI/ANGE), Edson Roffé Borges (FENECON), Luis Antonio Elias(COFECON), César Augusto Martins Costa e Tomaz de Aquino Matos.

-O Nordeste na nova dinâmica regional brasileira

Expositores: Tânia Bacelar (CONFECON/UFPE) e Ewerton Chaves Correia (Superintendente BNH-CE).